



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações a Sr.^a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a respeito da notícia que pasta pretende contratar empresa investigada por uso de declarações falsas e de fraude em licitações.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações a Sr.^a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quanto à notícia que a pasta pretende contratar empresa investigada por uso de declarações falsas e de fraude em licitações.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Como é possível justificar a escolha de uma empresa sob investigação por fraude em licitações para um contrato de 321 milhões de reais?*
- 2) *Que garantias existem de que o valor de 321 milhões de reais será devidamente investido, já que a empresa está sendo investigada por fraudes em licitações?*
- 3) *Como a pasta assegura que a execução do contrato será feita de forma justa, sem a possibilidade de novas irregularidades?*
- 4) *Não é mais prudente aguardar o desfecho das investigações antes de firmar um contrato tão significativo?*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Apresentação: 06/02/2025 15:55:10.573 - Mesa

RIC n.220/2025

- 5) *Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que o contrato não seja uma porta de entrada para novos esquemas fraudulentos, já que a empresa possui histórico suspeito?*
- 6) *Como o Ministério garante que está priorizando a ética e a legalidade, especialmente quando o contrato envolve recursos públicos em um montante tão alto, já que o pagamento de 321 milhões de reais a uma empresa sob investigação, coloca em evidência a necessidade de um controle mais rigoroso, e de uma postura mais cautelosa por parte dos responsáveis pela contratação?*
- 7) *Quais foram os critérios utilizados para selecionar a R7 Facilities, empresa que está sendo investigada por declarações falsas?*
- 8) *Houve a devida diligência e a verificação de antecedentes da empresa antes de ela ser escolhida para este contrato milionário? Por que, então, optar por uma empresa com esse histórico?*
- 9) *O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos considera a possibilidade de que esta contratação possa gerar danos à imagem pública do governo e à confiança da sociedade?*
- 10) *Em um contexto de forte pressão por transparência e combate à corrupção, essa decisão não pode ser vista como uma ameaça à confiança pública na gestão de recursos federais?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, entenda como pertinentes, sobre a falta de transparência e possíveis implicações éticas e legais da contratação da empresa investigada.





JUSTIFICAÇÃO

É com grande apreensão que acompanhamos a recente notícia de que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos pretende contratar a empresa R7 Facilities, vencedora de uma licitação da pasta, para um contrato no valor de 321 milhões de reais.

Conforme notícia¹, o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), de Esther Dweck (foto), analisa a contratação de uma empresa investigada por uso de declarações falsas e de fraude em licitações para prestar serviços a 12 ministérios, registrou “O Estado de S.Paulo”². Válido por três anos, o contrato irá pagar à R7 Facilities 321 milhões de reais. A empresa, suspeita de estar em nome de um ‘laranja’ da periferia de Brasília, venceu uma licitação aberta pela pasta e avança para arrematar uma das maiores licitações de terceirização de mão de obra dos últimos anos. O processo de contratação está em fase de análise de recursos.

Ainda, a reportagem informa que a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou, em 23 de janeiro do corrente ano, um Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), por possíveis violações às leis anticorrupção e de licitações. O processo, diz o jornal, pode resultar em multa de até 20% do faturamento bruto do ano de 2024, além de restrições de contratação com a administração pública. *“As suspeitas recaem sobre provável utilização de declarações com conteúdo falso e possível combinação em certames licitatórios, bem como possível utilização de interpostas pessoas (‘testa-de-ferro’ e ‘laranja’) no quadro societário”*, afirmou a CGU ao instaurar o PAR. A pasta de Dweck classificou a R7 Facilities como *“aceita e habilitada”* em 8 de janeiro de 2025.

Salienta-se, que contratar uma empresa que está sendo investigada por fraudes em processos licitatórios compromete a credibilidade do próprio processo licitatório, além de representar um risco potencial para o erário público. O fato de o governo optar por seguir adiante com essa contratação,

¹ https://oantagonista.com.br/brasil/r-321-milhoes-do-ministerio-da-gestao-para-empresa-investigada-pela-cgu/#goog_rewarded

² <https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-da-gestao-prepara-contrato-de-r-321-milhoes-com-empresa-de-laranja-investigada-pela-cgu/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

mesmo diante das investigações em andamento, gera incertezas quanto ao compromisso com a legalidade e com o uso responsável dos recursos públicos.

A sociedade brasileira tem o direito de exigir transparência e seriedade nas decisões governamentais, especialmente quando envolvem valores tão expressivos. O uso de recursos públicos deve ser acompanhado de rigoroso escrutínio e de medidas eficazes para garantir que não haja margem para irregularidades.

Pelo exposto, é imperativo que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos reavalie com urgência essa decisão, buscando assegurar que o contrato seja firmado apenas com empresas que possuam uma trajetória limpa e uma reputação comprovada. Somente assim poderemos garantir que os recursos do povo sejam aplicados de forma eficiente, ética e responsável.

Sala das Sessões, em de , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

